

Aula 13

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

23 de Junho de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Domínio Público - Instituto AOCP	3
2) Roteiro de Revisão - Domínio Público	4
3) Questões Estratégicas - Domínio Público - Instituto AOCP - Único	11
4) Questionário de Revisão - Domínio Público	21
5) Referências Bibliográficas	24



O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AOCP
Conceito	0,00%
Classificação	57,14%
Características	14,29%
Afetação e Desafetação	14,29%
Espécies de bens públicos	0,00%
Formas de Utilização de Bens Públicos	14,29%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender e memorizar os pontos a seguir:

- Conceito de bem público – previsão legal: art. 98 do Código Civil:

Código Civil, art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Perceba que o Código Civil adotou o critério da **titularidade**, assim, são bens públicos, independentemente de sua destinação, aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno: União, Estados, DF e Municípios, bem como respectivas autarquias e fundações públicas de direito público.

Todos os demais bens são privados, inclusive os pertencentes às empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado.

Cumprir frisar que há correntes doutrinárias que adotam o parâmetro da titularidade dos bens para conceituar “bem público”, outras levam em consideração a finalidade a que se destinam os bens e, outras, adotam um conceito que mescla os referidos critérios (titularidade e finalidade), mas o parâmetro adotado pelo Código Civil (e que deve ser adotado em provas de concursos) é o da titularidade.

- Classificação dos bens públicos

- Quanto à **titularidade** – são subdivididos em:

- **Federais**: são os bens pertencentes à União e às respectivas entidades da administração indireta de direito público. O art. 20 da CF apresenta uma lista exemplificativa desses bens. Alguns critérios utilizados pelo constituinte para atribuir a propriedade do bem à União: segurança nacional (quando a CF fala em “defesa das fronteiras”, “zonas limítrofes com outros países” etc.), proteção à economia do país (“recursos naturais da plataforma continental”, “potenciais de energia hidráulica” etc.), interesse público nacional (“terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental”, “sítios arqueológicos”) e extensão do bem (“lagos, rios... que banhem mais de um Estado” etc.).



- **Estaduais (ou distritais):** são os bens pertencentes aos Estados (ou DF) e às respectivas entidades da administração indireta de direito público. O art. 26 da CF apresenta uma lista exemplificativa desses bens. Como regra, os bens estaduais listados na CF são residuais em relação à União (veja que, se o bem não é considerando importante para i) a segurança nacional, ii) a proteção da economia pátria, iii) o interesse público nacional ou se sua extensão ou localização não justificam que seja de propriedade da União, será, em geral, de propriedade do Estado).
- **Municipais:** são os bens pertencentes aos Municípios e às respectivas entidades da administração indireta de direito público. Os Municípios não foram contemplados na partilha constitucional de bens públicos, mas, em regra, as ruas, praças e jardins públicos a eles pertencem, bem como os edifícios públicos em que funciona a administração municipal. Também são bens dos municípios as ilhas marítimas (oceânicas e costeiras) que contenham sede de municípios (CF, art. 20, IV).
- Quanto à **destinação** – são subdivididos em:
 - Bens de **uso comum do povo:** são aqueles utilizados pelos indivíduos em geral (destinação pública), em igualdade de condições, em regra de forma gratuita (mas pode ocorrer de forma onerosa) – vide arts. 99, I, 100 e 103 do Código Civil. Ex: rios, mares, ruas e praças.
 - Bens de **uso especial:** são os bens móveis e imóveis destinados à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral – vide arts. 99, II, e 100 do Código Civil. Ex: edifício destinado a estabelecimento da administração federal, veículos oficiais.
 - Bens **dominicais:** são aqueles que não possuem destinação pública definida, constituindo o patrimônio disponível do Estado (podem ser alienados) – vide arts. 99, III e parágrafo único, e 101 do Código Civil. Constituem uma categoria residual de bens públicos. Ex: terras devolutas, prédios públicos desativados.
- Quanto à **disponibilidade** – são subdivididos em:
 - Bens **indisponíveis (por natureza):** não ostentam natureza tipicamente patrimonial e, por isso, não podem ser alienados ou onerados. Aqui se enquadram, como regra geral, os bens de uso comum do povo (alguns deles, enquanto mantiverem essa destinação).
 - Bens **patrimoniais indisponíveis:** ostentam natureza patrimonial, mas não podem ser dispostos por estarem afetados a uma destinação pública. Aqui se enquadram os bens de uso especial.
 - Bens **patrimoniais disponíveis:** ostentam natureza patrimonial e, por não estarem afetados, podem ser alienados nas condições estabelecidas pela lei. Aqui se enquadram os bens dominicais em geral.



- Principais características dos bens públicos

Os bens públicos estão sujeitos ao regime jurídico de direito público, enquanto os bens privados estão sujeitos ao regime jurídico de direito privado.

O regime jurídico de direito público confere características aos bens públicos que são verdadeiras regras de proteção, notadamente em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos.

Cumprir destacar que os bens das entidades administrativas de direito privado (empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado), bem como os bens de concessionárias e permissionárias de serviços públicos, embora sejam bens privados, caso estejam afetados a prestação de serviços públicos, se submetem as regras características do regime jurídico dos bens públicos, notadamente a impenhorabilidade e a não onerabilidade.

Seguem as características dos bens públicos:

- **Inalienabilidade (relativa)**

- Os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis a particulares, mas somente enquanto afetados a uma destinação pública (art. 110 do Código Civil). Assim, o poder público, ao realizar a desafetação de tais bens, transforma-os em bens dominicais, que podem ser alienados a particulares, observadas as condições da lei (art. 101 do Código Civil), notadamente os requisitos previstos na Lei de Licitações. A rigor, são absolutamente inalienáveis apenas os bens indisponíveis por sua própria natureza.

- Os bens públicos, mesmo que afetados, podem ser alienados entre entidades estatais.

- **Impenhorabilidade**

- O Estado paga suas dívidas, em regra, mediante a expedição de precatórios (art. 100 da CF), de modo que a garantia de pagamento ocorre via consignação de dotações no orçamento, e não pela penhora de bens públicos.

- A impenhorabilidade recai, inclusive, sobre os bens dominicais.

- **Imprescritibilidade**

- Os bens públicos, móveis e imóveis, são insuscetíveis de aquisição por decurso de prazo, não estando sujeitos a usucapião (CF, arts. 183, § 3º e 191, parágrafo único e art. 102 do Código Civil).



- A imprescritibilidade recai, inclusive, sobre os bens dominicais¹.

Não onerabilidade

- O Estado paga suas dívidas, em regra, mediante a expedição de precatórios (art. 100 da CF), de modo que a garantia de pagamento ocorre via consignação de dotações no orçamento, e não pela oneração de bens públicos.
- A não onerabilidade é relativa: há algumas situações em que é possível a oneração, desde que não se tenha por fim a constituição de direito real de garantia.

- Formas de aquisição de bens públicos

- Contratos (compra e venda, doação, permuta, dação em pagamento).
- Usucapião (por parte do poder público sobre bens privados).
- Desapropriação.
- Acesso.
- Aquisição *causa mortis* (arts. 1.822 e 1.844 do Código Civil).
- Arrematação (em praça ou leilão judicial).
- Adjudicação.
- Resgate da enfiteuse.
- Aquisição *ex vi legis*.

- Afetação e desafetação

- Diz-se que o bem está afetado quando destinado a determinado fim público. Por outro lado, quando não esteja sendo utilizado para qualquer destinação pública, diz-se que o bem está desafetado.

Assim, quando o bem desafetado recebe uma destinação pública específica, ocorre a chamada afetação. O processo inverso é chamado desafetação (quando é retirado a destinação pública de um bem afetado).

- A afetação/desafetação pode ocorrer por lei, ato administrativo ou fato administrativo.

¹ STF – Súmula 340.



- Relação de afetação dos bens públicos
 - a) de uso comum = maior afetação
 - b) de uso especial = afetação média
 - c) dominicais = sem afetação
- Uso privativo de bens públicos por particulares

Autorização de uso

- Formalizada por ato administrativo unilateral e discricionário.
- Título precário (pode ser revogada a qualquer tempo sem indenização, salvo se outorgada com prazo ou condição).
- Caráter gratuito ou oneroso.
- Em regra, sem prazo (mas pode conter prazo).
- Há predomínio do interesse do particular.
- Incide, em regra, em situações transitórias, de curta duração.
- Não há necessidade de licitação prévia.
- O particular possui a faculdade de usar o bem.

Permissão de uso

- Formalizada por ato administrativo unilateral e discricionário.
- Título precário (pode ser revogada a qualquer tempo sem indenização, salvo se outorgada com prazo ou condição).
- Caráter gratuito ou oneroso.
- Concedida por prazo indeterminado ou por prazo certo.
- Há maior interesse público se comparado à autorização.
- O prazo de utilização da permissão é geralmente maior que o da autorização.
- Em regra, deve ser precedida de licitação.



- O particular deve usar obrigatoriamente o bem objeto da permissão.

Concessão de uso

- Formalizada por contrato administrativo.
- Precedida de licitação, em regra.
- Caráter não precário.
- Sempre outorgada por prazo determinado.
- Só admite rescisão nas hipóteses legais (não comporta revogação).
- Caráter gratuito ou oneroso.
- O particular deve usar obrigatoriamente o bem objeto da concessão.

Concessão de direito real de uso

- Formalizada por contrato
- Onerosa ou gratuita
- Prazo certo ou indeterminado
- Objeto: terrenos públicos ou respectivo espaço aéreo
- Finalidade: urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais ou qualquer outra exploração de interesse pessoal (Decreto-Lei 271/1967, art. 7º, *caput*).
- É relacionada diretamente ao bem, independentemente da pessoa que o possua (a concessão simples confere direito de uso apenas ao titular da concessão).
- O direito real de uso se extingue caso ocorram determinadas hipóteses previstas em lei ou contrato (ex: caso o concessionário dê destinação diversa da estabelecida em contrato).
- Deve ser precedida de licitação, em regra.

Cessão de uso

- É sempre gratuita.



- Pode ser concedida tanto a outros órgãos ou entidades públicas, como a particulares (desde que sejam entidades privadas sem fins lucrativos).
- Objetivo: colaboração com outras entidades públicas ou até privadas para atender a interesses coletivos.
- Formalizada por termo ou contrato.
- Não exige licitação.
- Se dá por prazo determinado.
- Deve ser autorizada por decreto do Presidente da República, competência que pode ser delegada ao Ministro da Fazenda, sendo permitida a subdelegação (Lei 9.636/1998, art. 18, §§ 3º e 4º).
- Objeto: bens dominicais (somente).



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/ADEMA-SE/Analista Ambiental) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal são considerados bens públicos dominicais.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes tanto às pessoas jurídicas de direito público interno quanto às pessoas físicas a serviço da administração pública.
- c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- d) São bens públicos os de uso especial, tais como as ruas e praças.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Na verdade, esses bens são classificados como bens de uso especial, conforme inciso II do artigo 99 do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;



II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

Letra B - **incorreta**. São públicos apenas os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os demais são particulares, conforme artigo 98 do Código Civil:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Letra C - **incorreta**. É exatamente o oposto que está expresso no artigo 102 do Código Civil:

*Art. 102. Os bens públicos **não** estão sujeitos a usucapião.*

Letra D - **incorreta**. Conforme comentário na letra A, esses são bens de uso comum do povo.

Letra E - **correta**. Está de acordo com o artigo 103 do Código Civil:

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Gabarito: Letra E.

2. (Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Especialista de Serviços Públicos - Analista de Direito) Sobre os bens públicos, conforme o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Conforme a destinação, são classificados em bens públicos de uso comum do povo bens públicos de uso especial e bens públicos dominicais.
- c) São insuscetíveis de usucapião.
- d) Os dominicais são os edifícios ou terrenos usados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Comentários

Letra A - **correta**. Está de acordo com o artigo 98 do Código Civil:



Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Letra B - **correta**. Está correta, sendo que:

- Bens de **uso comum do povo**: são aqueles utilizados pelos indivíduos em geral (destinação pública), em igualdade de condições, em regra de forma gratuita (mas pode ocorrer de forma onerosa).
- Bens de **uso especial**: são os bens móveis e imóveis destinados à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.
- Bens **dominicais**: são aqueles que não possuem destinação pública definida, constituindo o patrimônio disponível do Estado (podem ser alienados).

Letra C - **correta**. Está de acordo com o artigo 102 do Código Civil:

*Art. 102. Os bens públicos **não** estão sujeitos a usucapião.*

Letra D - **incorreta**. Esses bens listados são na verdade bens de uso especial, conforme inciso II do artigo 99 do Código Civil. Os bens dominicais são aqueles que estão desafetados, ou seja, não estão vinculados a qualquer finalidade, constituindo o patrimônio disponível do Estado:

Art. 99. São bens públicos:

(...)

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Gabarito: Letra D.

3. (Instituto AOCP/2024/SANEPAR/Técnico Profissional - Técnico em Transações Imobiliários)
Muitas são as formas de classificar os bens imóveis. A Codificação Civil conceitua o solo e tudo que lhe incorporar natural ou artificialmente como bem imóvel, sendo considerados para efeitos legais também os direitos reais e as ações que os asseguram. Não perdem o caráter de imóveis



as edificações que, mesmo separadas do solo, conservam sua unidade, ainda que removidas de local, e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele serem reempregados.

Entre as classificações concebidas, há: bens públicos e privados, bem individual ou coletivo, bem urbano ou rural e bem natural e ou por acessão. Nesse contexto, são espécies de bens classificados como públicos:

- a) bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.
- b) bens servientes, bens dominantes e bens dominiais.
- c) bens rurícolas, bens limítrofes e bens de usufruto.
- d) bens especiais de utilização comum, bens dominantes e bens limítrofes.
- e) bens de produção agrícola, bens limítrofes e bens dominicais.

Comentários

O Código Civil, em seu artigo, 99 divide os bens públicos em três classificações: bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais:

Art. 99. São bens públicos:

*I - os **de uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os **de uso especial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os **dominicais**, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

O gabarito, portanto, é a letra A. Vejamos os erros das demais:

- b) ~~bens servientes, bens dominantes~~ e bens dominiais.
- c) ~~bens rurícolas, bens limítrofes e bens de usufruto.~~
- d) ~~bens especiais de utilização comum, bens dominantes e bens limítrofes.~~
- e) ~~bens de produção agrícola, bens limítrofes~~ e bens dominicais.

Gabarito: Letra A.



4. (Instituto AOCP/2023/MPE-RR/Promotor de Justiça Substituto) No que se refere aos bens públicos, é correto afirmar que

- a) a afetação compreende os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais;
- b) a utilização de bens de uso comum do povo não pode ser remunerada;
- c) a concessão de uso especial de moradia é instrumento que pode ser usado para conferir propriedade à população de baixa renda;
- d) a concessão de direito real de uso ostenta o atributo da resolutividade.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. A afetação está ligada à destinação do bem público, sendo um atributo que o bem dominical não possui, já que é justamente sua desafetação que faz com que esse bem seja considerado patrimônio disponível da Administração, conforme inciso III do artigo 99 do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

(...)

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Letra B - **incorreta**. Nada impede que se estabeleça remuneração para o uso de bens de uso comum do povo, conforme artigo 103 do Código Civil:

*Art. 103. O uso comum dos bens públicos **pode ser gratuito ou retribuído**, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.*

Letra C - **incorreta**. Concessão de uso especial não transfere a propriedade ao particular, já que os bens públicos possuem a característica de serem insuscetíveis de usucapião, conforme o artigo 102 do Código Civil. Já a concessão mencionada encontra-se definida no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.220/2001:

Código Civil



Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Medida Provisória nº 2.220/2001

Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Letra D - **correta**. A concessão real de uso é definida pelo Decreto-Lei 271/1967, sendo a característica de resolutividade mencionada em seu artigo 7º:

Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, **como direito real resolúvel**, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

Gabarito: Letra D.

5. (Instituto AOCP/2023/MPE-MS/Analista - Área: Contabilidade) Em relação aos bens públicos e aos poderes administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. As estradas, ruas e praças são classificadas como bens públicos dominicais.

II. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

III. O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.

IV. O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos, com o objetivo de atender o interesse público.

a) Apenas II;

b) Apenas IV;

c) Apenas I e III;



- d) Apenas I e IV;
- e) Apenas II, III e IV.

Comentários

Vamos analisar os itens:

Item I - **incorreto**. Tais bens são considerados bens de uso comum, conforme inciso I do artigo 99 do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

Item II - **correto**. É o que define o artigo 102 do Código Civil:

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Item III - **incorreto**. A definição correta de poder disciplinar é de ser a prerrogativa de a Administração aplicar sanções aos seus servidores, em decorrência de infrações funcionais por eles cometidas, bem como aos particulares a ela ligados mediante vínculo jurídico específico que eventualmente venham a cometer infrações administrativas. A questão se adequa melhor à definição de poder normativo.

Item IV - **incorreto**. A questão faz referência ao poder de polícia, o qual consiste na prerrogativa de a Administração condicionar ou restringir a liberdade e a propriedade, com o objetivo de ajustá-los ao interesse geral da coletividade (interesse público), pautada nos princípios da legalidade e da proporcionalidade. Já o poder hierárquico é o poder que dispõe a Administração para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de hierarquia.

Gabarito: Letra A.

6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Técnico Contabilidade) Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimentos da administração são classificados como

- a) Bens Intangíveis;
- b) Bens Imóveis Dominicais;



- c) Bens de Consumo;
- d) Bens de Uso Comum do Povo;
- e) Bens Imóveis de Uso Especial.

Comentários

Os edifícios e terrenos utilizados pela Universidade Federal mencionada na questão para a execução de suas atividades são classificados como bens públicos de uso especial, uma vez que entram nessa categoria os bens móveis e imóveis destinados à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, estando assim afetados a uma destinação específica, tornando a alternativa E o gabarito, nos termos do inciso II do artigo 99 do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

(...)

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

Gabarito: Letra E.

7. (Instituto AOCP/2023/PM-DF/Soldado Policial Militar - Combatente) Assinale a alternativa correta acerca dos bens públicos.

- a) O uso comum do bem público por particular admite duas modalidades, o uso comum ordinário, que está sujeito à remuneração, e o uso comum especial, que é limitado a determinada categoria de usuários;
- b) Sobre as minas e jazidas, a autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado e as autorizações e concessões não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente;
- c) O uso privativo dos bens públicos é o que a Administração Pública confere, mediante título jurídico individual, a pessoa ou grupo de pessoas determinadas, para que o exerçam, sem exclusividade, sobre parcela de bem público;
- d) Diante da atual Constituição Federal, a competência para legislar sobre águas foi reservada privativamente aos Estados e Municípios, afastando a competência da União;



e) As águas públicas admitem o uso comum, sendo vedado o uso privativo. O uso comum é aberto a todos e, em regra, gratuito, podendo ser remunerado.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. A alternativa erra ao definir o uso comum ordinário como aquele que está sujeito à remuneração. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹ os tipos de usos se dividem em ordinário e extraordinário:

*O uso comum ordinário é aberto a todos indistintamente, sem exigência de instrumento administrativo de outorga e **sem retribuição de natureza pecuniária**.*

O uso comum extraordinário está sujeito a maiores restrições impostas pelo poder de polícia do Estado, ou porque limitado a determinada categoria de usuários, ou porque sujeito a remuneração, ou porque dependente de outorga administrativa.

Letra B - **correta**. É o que está previsto no § 3º do artigo 176 da Constituição Federal:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

(...)

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

Letra C - **incorreta**. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro², existe exclusividade no uso sobre a parcela do bem público:

*Uso privativo, que alguns denominam de uso especial, é o que a Administração Pública confere, mediante título jurídico individual, a pessoa ou grupo de pessoas determinadas, para que o exerçam, **com exclusividade**, sobre parcela de bem público.*

¹ Maria Sylvia Zanella Di Pietro – Direito Administrativo – 30ª Ed. – Pág. 710

² Maria Sylvia Zanella Di Pietro – Direito Administrativo – 30ª Ed. – Pág. 712



Letra D - **incorreta**. Na verdade, cabe privativamente à União essa competência, nos termos do inciso IV do artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

Letra E - **incorreta**. As águas públicas admitem o uso privativo, nos termos do artigo 43 do Decreto 24.643/1934:

Art. 43. As águas públicas não podem ser derivadas para as aplicações da agricultura, da indústria e da higiene, sem a existência de concessão administrativa, no caso de utilidade pública e, não se verificando esta, de autorização administrativa, que será dispensada, todavia, na hipótese de derivações insignificantes.

§ 1º A autorização não confere, em hipótese alguma, delegação de poder público ao seu titular.

§ 2º Toda concessão ou autorização se fará por tempo fixo, e nunca excedente de trinta anos, determinando-se também um prazo razoável, não só para serem iniciadas, como para serem concluídas, sob pena de caducidade, as obras propostas pelo peticionário.

§ 3º Ficar sem efeito a concessão, desde que, durante três anos consecutivos, se deixe de fazer o uso privativo das águas.

Gabarito: Letra B.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. O que é afetação e desafetação de um bem público?

2. Suponha que uma concessionária municipal de transporte público, passando por dificuldades financeiras, tenha recebido ordem judicial de penhora de seu edifício-sede, em ação movida por um de seus principais credores.
A decisão judicial foi acertada? Justifique.

3. Com relação aos bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, informe qual(is) desses bens:
 - a. são indisponíveis por natureza, como regra
 - b. são patrimoniais indisponíveis
 - c. são patrimoniais disponíveis
 - d. são inalienáveis
 - e. são impenhoráveis
 - f. são imprescritíveis
 - g. são não oneráveis

4. Com relação à autorização, permissão e concessão de uso de bem público, informe qual dessas modalidades:
 - a. É formalizada por ato administrativo
 - b. É formalizada por contrato administrativo
 - c. Pode ser revogada a qualquer tempo
 - d. Deve ser precedida de licitação
 - e. Possui caráter gratuito
 - f. Possui caráter oneroso
 - g. Sempre deve ser outorgada por prazo determinado



Perguntas com respostas

1. O que é afetação e desafetação de um bem público?

Afetação é a atribuição, por lei, ato administrativo ou fato administrativo, de uma destinação pública específica a um bem, sendo a desafetação o processo inverso.

2. Suponha que uma concessionária municipal de transporte público, passando por dificuldades financeiras, tenha recebido ordem judicial de penhora de seu edifício-sede, em ação movida por um de seus principais credores.

A decisão judicial foi acertada? Justifique.

Não. Ainda que o bem em questão pertença a uma entidade de direito privado, encontra-se afetado à prestação de um serviço público, de modo que se submete às regras características do regime jurídico dos bens públicos, entre as quais a impenhorabilidade.

3. Com relação aos bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, informe qual(is) desses bens:

a. são indisponíveis por natureza, como regra

Bens de uso comum do povo.

b. são patrimoniais indisponíveis

Bens de uso especial.

c. são patrimoniais disponíveis

Bens dominicais.

d. são inalienáveis

Bens de uso comum do povo e de uso especial (estes são inalienáveis a particulares, mas alienáveis entre entidades estatais).

e. são impenhoráveis

Bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

f. são imprescritíveis

Bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.



g. são não oneráveis

Bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

4. Com relação à autorização, permissão e concessão de uso de bem público, informe qual dessas modalidades:

a. É formalizada por ato administrativo

Autorização de uso e permissão de uso.

b. É formalizada por contrato administrativo

Concessão de uso.

c. Pode ser revogada a qualquer tempo

Autorização de uso e permissão de uso.

d. Deve ser precedida de licitação

Permissão de uso (em regra) e concessão de uso.

e. Possui caráter gratuito

Todas as três modalidades podem ser gratuitas.

f. Possui caráter oneroso

Todas as três modalidades podem ser onerosas.

g. Sempre deve ser outorgada por prazo determinado

Concessão de uso. A autorização de uso e a permissão de uso podem possuir prazo determinado ou não.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.